

A NOÇÃO DE CULTURA EM EFEITOS DE SENTIDO: CAMPO DE DISPUTAS HISTÓRICO-DISCURSIVAS

Paula Daniele Pavan¹

RESUMO: Neste texto, mobilizo a noção de cultura em três momentos teórico-analíticos com o objetivo de observar tanto os efeitos de sentido que produz, quanto as disputas travadas em seu campo. De início, trago uma discussão sobre os sentidos de/para cultura, partindo de seu efeito de totalidade até chegar em sua pluralidade e heterogeneidade, bem como suas divisões entre popular e erudito. Após, adentro nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso pecheutiana a fim de analisar, a partir de sequências discursivas recortadas do vídeo *O que é cultura?*, o modo como a noção produz efeitos de sentido no âmbito do Ministério da Cultura. O percurso realizado no texto tem como objetivo observar a noção de cultura como um campo de disputas histórico-discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Efeitos de sentido. Campo de disputas. Discurso.

ABSTRACT: This study makes use of the notion of culture in three theoretical-analytical moments with the objective of observing both the effects of meaning produced and the disputes fought in the field. First, a discussion about the meanings of/for culture is presented, starting from its effect of totality and reaching its plurality and heterogeneity, as well as the divisions between popular and erudite. The study, then, explores the theoretical framework of Pêcheux's Discourse Analysis in order to analyze, based on discursive sequences taken from the video *O que é cultura?* (What is culture?), how the notion of culture produces effects of meaning in the Ministry of Culture. The trajectory traced in this work has the objective of observing the notion of culture as a field of historical-discursive disputes.

KEYWORDS: Culture. Effects of meaning. Field of disputes. Discourse.

Para iniciar

Ao discorrer sobre *A Cultura no Mundo Contemporâneo*, Ortiz (2014) afirma que em 1952 dois antropólogos publicaram um estudo no qual encontraram 164 significados para cultura. E hoje, conforme ele, seria possível acrescentar mais cinco ou dez significados a esse rol. Ou seja, a multiplicidade e a deriva de sentidos são intrínsecas ao funcionamento da noção de cultura, sendo incontornável o fato de que a cultura deve ser entendida não como um produto

¹ Doutora e Mestra em Letras, Área de Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: pauladanielepavan@gmail.com.

fechado e acabado, mas como um processo sempre em movimento, comportando espaços para transformação.

Levando isso em conta, e como mais um gesto de análise sobre essa noção, este texto versa sobre a noção de cultura em três momentos. No primeiro, abordo a cultura de uma forma que chamo espiral, partindo dos sentidos que ao longo da história lhe foram atribuídos para chegar em sua pluralidade e heterogeneidade, isso com base em diferentes autores, que discorrem a respeito da noção. No segundo, discuto sobre as designações a que a cultura está sujeita – popular e erudita –, as quais ajudam a mostrar as divisões sociais, históricas e políticas do trabalho com a cultura. Já no terceiro momento, mobilizo trechos do vídeo *O que é Cultura?*, produzido em 2009 pelo Ministério da Cultura (MinC), para observar, amparada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) pecheutiana, os efeitos de sentido produzidos para a noção de cultura no âmbito do MinC e o modo como esses efeitos de sentido materializam as disputas em torno dessa noção.

Uma abordagem em espiral da noção de cultura

A forma arredia da noção de cultura advém dos usos que dela são feitos em diferentes áreas do conhecimento – Antropologia, Sociologia, Estudos Culturais, Linguística, dentre outras –, levando à deriva e à multiplicidade de sentidos. Bauman (2012, p. 83) ratifica isso ao afirmar que a incerteza quanto à noção provém da incompatibilidade das numerosas correntes teóricas que se “reuniram historicamente sob o mesmo termo”. Cuche (1999, p. 12) acrescenta que “sob as divergências semânticas sobre a justa definição a ser dada à palavra, dissimulam-se desacordos sociais e nacionais” e as lutas “de definição são, em realidade, lutas sociais, e o sentido a ser dado às palavras revelam questões sociais fundamentais”.

Já para Llosa (2013, p. 12), embora a noção de cultura tenha adquirido ao longo da história diversos significados, variando de uma época para outra, de modo geral “*sempre* significou uma soma de fatores e de disciplinas que a constituíam e eram por sua vez implicadas por ela” (grifo meu). Em outras palavras: a cultura como aquilo que é produzido socialmente no decorrer da história. Essa abrangência – marcada pelo significante *sempre* na afirmação de Llosa – insere a cultura “universo logicamente estabilizado” (PÊCHEUX, 2008, p. 22), regido pela obviedade e pela transparência. No entanto, não é essa estabilização que se observa quando

se trata de cultura e de suas práticas, principalmente na contemporaneidade, pois se assim o fosse, não haveria necessidade de discussão, nem de luta, muito menos de resistência no campo cultural. Funcionamento também presente nas afirmações de Llosa, pois, ao dizer que “*alguns* conhecimentos históricos, religiosos, filosóficos e científicos em constante evolução” (grifo meu) são concebidos como cultura, deixa entrever o jogo de forças e as relações de poder inerentes ao conceito.

Situado historicamente, de acordo com Cuche (1999), o termo *cultura* tem sua evolução semântica produzida durante o Iluminismo. No entanto, em 1700 o termo já era antigo no vocabulário francês e usado desde o fim do século XIII “para designar uma parcela da terra cultivada” (CUCHE, 1999, p. 19). Esse sentido foi sendo alargado e em 1718 aparece no *Dicionário da Academia Francesa* seguido “de um complemento: fala-se da ‘cultura das artes’, da ‘cultura das letras’, da ‘cultura das ciências’, como se fosse preciso que a coisa cultivada estivesse explicitada” (CUCHE, 1999, p. 20). Já em 1798, a noção é consagrada pelo *Dicionário da Academia* como formação e educação do espírito. Daí também provém a oposição entre natureza e cultura que, para os Iluministas, é fundamental, pois “concebem a cultura como um caráter distintivo da espécie humana” sendo “a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade” (CUCHE, 1999, p. 20-21).

Ainda sobre os precedentes históricos, no final do século XVIII e início do XIX havia se estabelecido, conforme Laraia (1986, p. 25), uma relação entre o termo germânico *Kultur* – “utilizado para simbolizar todos os aspectos materiais de uma comunidade” – e a palavra francesa *Civilization* – remetida “às realizações materiais de um povo”. Essa aproximação é sintetizada por Edward Tylor (fundador da Antropologia Britânica) e dá origem à primeira definição teórica e antropológica de cultura: “*todas* as possibilidades de realização humana” (LARAIA, 1986, p. 25, grifo meu).

Essa amplitude é uma marca distintiva da perspectiva antropológica, visto que toma a cultura como um mediador social que compreende os modos de viver, ser, dizer, condicionando a visão de mundo, conforme traz Laraia (1986, p. 67-68). Nessa perspectiva, a cultura funciona como um sistema que fornece os sentidos necessários para que o sujeito participe (ou não) – e constitua sua identidade – das práticas dentro de determinados grupos. A cultura é tomada, assim, como uma totalidade de certa forma homogênea que serve como ancoragem de sentidos para os sujeitos.

Papel que a *cultura nacional* assume de forma significativa, visto que “a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*” (HALL, 2011, p. 49, grifos do autor). Conforme o autor, as culturas nacionais funcionam na busca pela unificação e o fazem ao fornecer os significados com os quais os sujeitos podem se identificar e ao organizar suas ações, bem como a concepção que têm sobre si mesmos. O que também ocorre através do silenciamento e da omissão de manifestações que não se encaixam nos padrões já estabelecidos. Então, embora não transpareça, a cultura funciona através de “um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução” (CUCHE, 1999, p. 137).

Esse processo leva a pensar a cultura em sua pluralidade, conforme proposto por De Certeau (1995), que entende a cultura não em sua unidade, mas em sua pluralidade: não há uma cultura apenas, mas culturas no plural. Na perspectiva do autor, a cultura não é recebida passivamente, mas objeto de apropriação e significação para os sujeitos.

Já Bhabha (1998, p. 63) compreende que essa ótica plural sobre a cultura só é possível quando se considera a diferença e não a diversidade cultural. Isso porque “a diferença cultural é o processo de *enunciação* da cultura como 'conhecível', legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural” enquanto a diversidade “é o reconhecimento de conteúdos e costumes pré-dados [e] a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos” (grifo do autor). Dessa forma, seguindo o que traz Bhabha (1998), a diferença cultural é essencial para o deslocamento do olhar sobre a cultura, pois quando é considerada se abre espaço para a transformação e movimentação das culturas, tomadas como estruturas descentradas, constituídas através da alteridade.

Ao observar esses diferentes sentidos sobre a noção de cultura, é possível perceber que ela vai sendo alargada, num movimento em espiral ascendente, passando de um ponto de vista mais homogêneo e universalista – marcado pelos significantes *sempre* e *todas* destacados anteriormente – para uma visão plural e heterogênea, que comporta a incompletude e espaços para a produção de sentidos. Este, a meu ver, se configura como o real funcionamento da cultura, ou o real da cultura, conforme aborda Leandro Ferreira (2011), aquilo que ela tem de mais próprio. E é somente quando se considera esse real que se mostram os jogos de força por

ela comportados, isso na medida em que as relações de poder, de dominância e dominação, são dela constitutivas.

Passemos, então, às divisões que se estabelecem no campo da cultura e que, de forma mais contundente, materializam esses jogos de força e de poder.

Popular e Erudito: sobre as divisões do trabalho com/na cultura

Ao considerarmos a noção de cultura a partir da pluralidade e da heterogeneidade, abre-se a possibilidade de desfazer o espaço de univocidade, estabilização e transparência em que muitas vezes ela se encontra. Já quando se trata de sua denominação entre popular e erudito, faz-se necessário questionar: quem e/ou o que determina o que é popular e o que é erudito? Quem e/ou o que os distingue e os separa?

Esses questionamentos levam a entender que a cultura reflete o estado da luta de classes em determinada formação social, fazendo eco ao que traz Escobar (1979), que concebe a cultura como um *aparelho cultural*. E, dessa forma, se se pode falar em desigualdade social também se pode falar em desigualdade cultural. Por essa ótica, a cultura não está separada da história, ao contrário, imbrica-se com ela e, por isso, também está permeada pela contradição. Cuche (1999, p. 143) ratifica isso ao afirmar que as culturas “nascem das relações sociais que são sempre relações desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social.”

Essa hierarquia, conforme Chauí (1986, p. 14), tem a ver com o sentido amplo e com o sentido restrito de cultura. Vista sob uma ótica ampla, a cultura “é o campo simbólico e material das atividades humanas”; já sob uma perspectiva restrita, a cultura vincula-se “com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe”, o que leva à distinção entre cultura popular e cultura erudita. Assim, os significantes *popular* e *erudito* são utilizados para classificar as práticas sociais e culturais, refletindo e refratando as condições sócio-históricas dos sujeitos.

Já para Chartier (1995, p. 179), a cultura popular é uma categorização criada pela cultura erudita para circunscrever as práticas que nela não cabiam. Dessa forma, o autor situa historicamente a cultura popular sob duas óticas, uma que separa a cultura popular da erudita,

e uma que coloca a cultura popular como subjugada à cultura dominante. Ao criticar essas óticas e indicar a existência de um cruzamento entre práticas eruditas e populares, Chartier entende que os elementos culturais são produzidos, apropriados e circulam no campo da prática, tornando-se “objeto de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)” (CHARTIER, 1995, p. 184).

Essas lutas têm a ver com o caráter opaco da cultura popular, que se materializa nas inúmeras “maneiras de jogar/desfazer o jogo de outro, ou seja, o espaço instituído por outros”, de acordo com De Certeau (1998, p. 79). Assim, para De Certeau (1998, p. 80), da mesma forma que os sujeitos se apropriam da língua, se apropriam da cultura, sendo que as intervenções feitas na língua também são realizadas na “rede das práticas sociais”. São, então, os golpes na ordem estabelecida e as maneiras de negá-la que se configuram como cultura popular (DE CERTEAU, 1998, p. 88-89).

Por essa perspectiva, a cultura popular não estaria ao lado da erudita, mas “por dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir a ela” (CHAUÍ, 1986, p. 24). Nesse sentido, Chauí (1986, p. 44) afirma que “um dos aspectos mais interessantes da Cultura Popular encontra-se na maneira como os plebeus ou os dominados se apropriam da cultura instituída e das informações de massa, imprimindo-lhes um sentido inesperado”. Dessa forma, na tensa relação entre o popular e o erudito há sempre espaços para a emergência de outros sentidos, que podem ser diferentes e/ou divergentes dos dominantes.

Através desse pequeno trajeto sobre a cultura em suas predicções, é possível observar que o popular e o erudito não são simplesmente designações, formas de dizer sobre a cultura, mas se configuram sobretudo como divisões sociais, históricas, ideológicas e políticas nela assentadas. Divisões que segregam, excluem, silenciam, dentre outros modos de controle e dominação, sujeitos, sentidos e práticas, materializando o jogo de forças inextricável ao campo da cultura.

A noção de cultura no MinC: como as disputas se materializam discursivamente

Antes de iniciar a análise propriamente dita, vale dizer que a noção de cultura vem sendo pensada recentemente no seio da AD pecheutiana² e tem se mostrado produtiva na análise desde discursos institucionais, políticos, escolares até enciclopédicos. De Nardi (2007, p. 68), em sua análise sobre o conceito, afirma que a “cultura, como os sentidos, é movente”. Essa afirmação materializa a impossibilidade de pensar a cultura como uma esfera estabilizada que nunca muda e nem se altera – e esse é um dos sentidos para cultura na AD. Consequentemente, não se pode apagar que a cultura é permeada pela tensão e pelo conflito. E, além disso, devemos considerar que os sentidos não estão dados, ao contrário, há sempre uma disputa de interpretações sobre a noção de cultura, conforme se pode observar pelo trajeto teórico realizado nas seções anteriores.

Sob a perspectiva discursiva, essa disputa é fundamentada pela memória social que, conforme Mariani (1998, p. 34), constitui-se enquanto “um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos” e o resultado se dá pela “predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais”. Por conseguinte, ocorre a naturalização de “um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica.”

Essa (aparente) naturalização ocorre pelo efeito da ideologia que, ao funcionar determinando os sentidos a partir das formações discursivas (FD), torna os sentidos óbvios e evidentes quando não o são. Isso na medida em que, conforme Pêcheux (2009, p. 146), “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’”, evidências que também produzem a impressão de que todo mundo sabe o que é cultura. E o sujeito, ao enunciar a partir de sua interpelação ideológica e consequente inscrição em uma FD – reguladora do que pode/deve/convém e do que não pode/deve/convém ser dito (PÊCHEUX, 2009; COURTINE, 2009; INDURSKY, 1997) – recupera sentidos já-ditos, já-enunciados, e que se apresentam para ele pelo funcionamento da memória discursiva e do interdiscurso³, visto que o “enunciável é exterior ao sujeito enunciator” (COURTINE, 1999, p. 18).

² Destaco os seguintes trabalhos: De Nardi (2007), Leandro Ferreira (2011), Esteves (2014), Pavan (2017), Ramos (2017), Bressan (2017).

³ A memória discursiva e o interdiscurso comportam sentidos já-ditos. No entanto, há diferenças entre eles. O interdiscurso comporta todos os sentidos, já-ditos e que ainda estão por dizer, não há esquecimento, lacuna ou

Desde essa ótica, quando se fala em cultura, é crucial levar em conta que “o conceito de cultura remete diretamente às disputas de poder” e a “escolha entre uma ou outra concepção de cultura não é isenta” (DE NARDI, 2007, p. 50). Portanto, falar sobre cultura converge para a filiação a determinados sentidos que, via memória discursiva, retornam no fio do dizer.

A fim de mostrar esse processo que culmina na produção de efeitos de sentido, mobilizo sequências discursivas (SDs)⁴ do vídeo *O que é cultura?* (BRASIL, 2009), primeiro vídeo da *Coleção Viva Cultura Viva* produzida pelo MinC e que integra o projeto *Prêmio Cultura Viva* de 2009. Essa Coleção foi “desenvolvida com o objetivo de difundir conceitos e promover reflexões sobre questões relacionadas ao campo da cultura em suas diferentes dimensões” (cfe. consta no *site* da Coleção), que são contempladas em onze vídeos produzidos. Representando a categoria cultura dentre as produções, o vídeo que trago apresenta narrativas que permitem observar o modo como essa noção é significada no MinC. Observemos os recortes:

SD1 – Todo o trabalho humano é para a cultura pela cultura [...] (Gilberto Gil. BRASIL, 2009).

SD2 – [...] Cultura não é arte só arte... arte é parte da cultura é uma expressão vital na cultura é o oxigênio da cultura mas a cultura vai além das artes... no sentido antropológico cultura são todos os saberes fazeres pensares é: tudo aquilo que mexe com o imaginário tudo aquilo que carrega essa marca da ação da sociedade... do homem (Alfredo Manévy. BRASIL, 2009).

SD3 – O povo faz cultura em qualquer condição... [...] as pessoas fazem cultura porque cultura é uma necessidade básica como é comida saúde meio ambiente saudável e:: o que nos faz humanos é exatamente essa capacidade de simbolização... essa demanda (Juca Ferreira. BRASIL, 2009).

A partir da teia formada com esses dizeres, é possível observar o modo como abre-se espaço para a produção de outros sentidos para cultura no âmbito governamental brasileiro. Esses novos sentidos passam a ser produzidos na medida em que, a partir da gestão de Gilberto

falha, mas acúmulo e plenitude de sentidos. Já a memória discursiva não funciona através da plenitude dos sentidos, pois ela está intrincada ao esquecimento e ao acontecimento. Dessa forma, as redes de sentido que a formam podem ser reestruturadas e rearticuladas.

⁴ Em AD, é pelos textos (unidade de análise) que se tem acesso ao discurso (objeto de análise). As sequências discursivas resultam, então, do recorte de formulações de um ou de mais textos, pois o discurso é da ordem da dispersão. Mittmann (2007, p. 160), ao discutir as especificidades metodológicas da AD, entende que as sequências discursivas “encaminham para as relações entre exterior e interior” e “levam à compreensão do funcionamento do discurso onde se constroem efeitos de sentidos”. Assim, os trechos do vídeo que formam as SDs foram selecionados porque permitem observar os efeitos de sentido produzidos para cultura no MinC e o modo como deixam entrever o campo de disputas da/cultura. Cabe registrar também que os trechos foram transcritos, conforme as seguintes normas: <http://www.concordancia.letras.ufri.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=58>. Acesso em 10 mar. 2016.

Gil (2003-2008), o MinC começa a formular políticas público-culturais direcionadas a fazer o que Gil, já em seu discurso de posse, chama de *do-in antropológico*: “...clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Fazer uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país [...]” (GIL, 2003). Ou seja, a cultura passa desse momento em diante a ser enunciada de outros modos, referindo-se a outras práticas, sujeitos e sentidos, o que se materializa nos trechos recortados do vídeo *O que é cultura?*.

Na SD1, observamos que Gil coloca a cultura como resultado do trabalho humano, indo de encontro ao sentido restrito que aparta a cultura das práticas sociais. É, pois, a cultura no sentido antropológico que aqui se lineariza, cultura que comporta *todos* os saberes e práticas, conforme vimos com Laraia (1986).

Essa amplitude da cultura, conforme explica Rubim (2008, p. 195) quando discorre acerca das políticas formuladas na gestão de Gil, permite ao MinC não se circunscrever à cultura erudita e abrir-se para outras modalidades de cultura, que vão desde as populares, indígenas, de gênero até as periféricas, midiáticas e digitais. Essa abertura conceitual, conforme o autor, “significa não só o abandono de uma visão elitista e discriminadora de cultura, mas representa um contraponto ao autoritarismo e a busca da democratização das políticas culturais” (RUBIM, 2008, p. 196). É o que se observa na SD1 e mais explicitamente na SD2, em que emergem as divisões assentadas no campo da cultura, das quais tratei na seção anterior.

Ao definir o que é cultura na SD2, o sujeito enunciator nega (significante “não”) e aponta como insuficiente (significante “só”) o sentido de cultura significada como arte: “Cultura *não é arte só arte*” (SD2). Eis a disputa histórica entre o erudito (*arte*) e o popular (*todos os saberes fazeres pensares*), entre a cultura com sentido restrito e a cultura com sentido amplo, conforme a visão de Chauí (1986). Ressoa nessa SD, portanto, a divisão histórico-social que a cultura em si carrega, a qual é responsável pela segregação e exclusão cultural. Divisão que não é silenciada na formulação das políticas de cultura na gestão de Gil, pelo contrário, é explicitada e posta em debate, como se observa na SD em análise.

Sob a ótica discursiva, a negação funciona como uma cicatriz que leva ao desvelamento das contradições interdiscursivas que emergem quando se fala sobre cultura. Dessa forma, esse funcionamento possibilita recorrer ao conceito de enunciado dividido. Ao propô-lo, Courtine (2009) afirma que em uma mesma materialidade linguística, linearizada no fio do dizer, podem

coexistir enunciados pertencentes a formações discursivas antagônicas. Ou seja, saberes de campos distintos podem aparecer juntos no fio dizer. Assim, uma das características do enunciado dividido é a não possibilidade de substituição dos elementos do texto – “a *não comutabilidade* dos elementos em posição X e Y.” (COURTINE, 2009, p. 191, grifos do autor).

Não obstante, além dessa relação de antagonismo, pode haver também uma relação de divergência através do enunciado dividido. Indursky (1997) é quem desenvolve essa perspectiva ao se ocupar do funcionamento da negação interna, que “trabalha sobre as *diferenças subjetivas de um mesmo domínio de saber*” (INDURSKY, 1997, p. 229, grifos da autora). Assim, da oposição entre FDs, passamos à relação de diferença e divergência entre posições-sujeito – entendida como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD (COURTINE, 2009, p. 88) – em uma mesma FD heterogênea.

Então, na SD2, entendemos que o enunciado dividido apresenta-se através do seguinte confronto: C não é X só X...C são Y. Isso em: “Cultura *não é arte só arte* [...] cultura *são todos os saberes fazeres pensares*”. Melhor explicando: Cultura (C) *não é arte* [X] *só arte* [X] cultura [C] *são todos os saberes fazeres pensares* [Y]. Ao observarmos essa relação de conflito, notamos que há a negação e a insuficiência do discurso proveniente de X, em que a cultura se resumiria à arte; e a afirmação do discurso de Y, em que a cultura se refere a uma totalidade de saberes e práticas. Enquanto a negação “funciona como marca de que no interdiscurso existe um enunciado afirmativo” (CAZARIN, 2000, p. 180), o significante “só” demarca não a total oposição ao que se afirma em X, mas aponta para a necessidade de complementação da ideia anteriormente seguida acerca da noção de cultura, a qual se expressa em Y.

Esse funcionamento linguístico-discursivo permite compreender que enunciar os sentidos para a noção de cultura no MinC não ocorre sem embate com outros sentidos e com outras posições que estão em jogo no discurso institucional. E, além disso, que há a demarcação de sentidos para a cultura, sentidos esses que permitem pensá-la como algo inerente às práticas sociais, tornando todo e qualquer sujeito um produtor de cultura.

A SD3, por sua vez, reafirma esses sentidos, haja vista que coloca a cultura como uma necessidade básica do ser humano e não como algo fora dele e que deva ser acessado. A formulação “O povo faz cultura em qualquer condição...” produz o efeito de desmistificação do imaginário de que a cultura se constitui e circula sob certas condições e/ou lugares especiais

(Universidades, Museus, grandes centros urbanos etc.). Há, dessa forma, um deslocamento na/da aura elitista e hierárquica da cultura, fazendo com que ela seja tomada pela ótica da simbolização dos sujeitos sob toda e qualquer condição, equiparando-a com outras necessidades vitais. E é nessa perspectiva que no órgão governamental brasileiro, a partir de 2003, ocorre um

afastamento da crença de que fazem parte da cultura apenas aquelas manifestações que o tempo, o homem, a academia, etc. imortalizaram como tal por seu *valor cultural*, concepção excludente que tende a levar à aceitação de que há os que têm cultura e aqueles que, não inseridos em determinado circuito, estão despidos dela. (DE NARDI, 2007, p. 60, grifos da autora).

Assim, a partir dos efeitos de sentido produzidos nas SDs, todas as práticas devem ser consideradas culturais. O que leva a observar que há a tentativa de tornar cultural o que ainda não é, pois se é preciso dizer, é porque algo ainda não está funcionando, é porque há conflito, jogo de forças, relações de poder. Há, portanto, a tentativa de abarcar o todo, de representar a cultura em sua plenitude, funcionamento que fica marcado em: “*Todo o trabalho humano*” (SD1), “*Todos os saberes fazeres pensares [...] tudo aquilo que*” (SD2) “*O povo faz cultura em qualquer condição*” (SD3).

Os sentidos linearizam-se, então, a partir de um efeito de memória (COURTINE, 2009) que permite a emergência de uma perspectiva inclusiva de cultura, materializando a negação da concepção erudita e restritiva que exclui da ordem/organização da cultura muitas outras práticas sociais. Por outro lado, esses dizeres também encaminham a pensar que na cultura tudo cabe, tudo pode. Funcionamento que tende a apagar o fato de que nunca há totalidade na participação em uma cultura, bem como a silenciar que “a interdição de nossa inserção em determinados espaços culturais é determinada, muitas vezes, no interior desse mesmo sistema, que cria funcionamentos de exclusão” (DE NARDI, 2007, p. 59).

Essa é, pois, uma das contradições que perpassam as políticas público-culturais, pois elas se apresentam guiadas pela tentativa de abarcar tudo e todos⁵ quando, na prática, conseguem abranger apenas uma parte. Em outras palavras: as políticas público-culturais desenvolvidas no MinC a partir da gestão de Gil materializam a tentativa de alargar a noção de cultura, buscando abarcar o todo, vindo ao encontro da perspectiva antropológica de cultura. Entretanto, essas políticas estão sempre determinando as práticas culturais, ou seja, é através

⁵ Em consonância com o que entende Teixeira Coelho (1997, p. 293) ao afirmar que a política cultural, juntamente com a política social, é “um dos principais recursos de que se serve o Estado contemporâneo para garantir sua legitimação como entidade que cuida de todos e em nome de todos fala”.

delas que se reconhece/seleciona umas e se pretere outras, mas sempre sob o efeito de inclusão e totalidade, como se nada e nem ninguém estivessem de fora, como se tudo e todos fossem cultura e culturais.

Além disso, conforme vimos na primeira seção do texto, a visão antropológica de totalidade pode desembocar na ideia de homogeneidade, como se tudo coubesse estavelmente na ciranda da cultura, quando são a heterogeneidade, a pluralidade e a diferença, conforme as visões de Hall (2011), De Certeau (1995) e Bhabha (1998), os princípios que regem e marcam o campo da cultura. Então, ao considerar o todo, corre-se o risco de produzir uma espécie de apagamento das lutas que são travadas na cultura. E essas lutas, conforme vimos com Chartier (1995), De Certeau (1998) e Chauí (1986), são dela constitutivas, uma vez que são os conflitos na ordem da cultura que levam à existência da movimentação.

Essas contradições não tiram, no entanto, o mérito das políticas promovidas pelo MinC a partir de 2003, pois elas materializam uma transformação no órgão governamental brasileiro, abrindo espaço para que a cultura abarque sujeitos e práticas antes alijadas. Estabelece-se, dessa maneira, uma relação de enfrentamento entre uma visão conservadora, elitista e restrita de cultura, que ainda perdura no MinC, e uma visão progressista e democrática acerca da cultura e de suas práticas, que começou a se desenvolver e fortalecer a partir de 2003, assim como também analisa Rubim (2008).

Diante disso, também cabe registrar que, sob a ótica da AD, as políticas de cultura não devem ser pensadas como da ordem da evidência e da transparência, mas precisam ser objeto de questionamento e de leitura crítica, sendo tomadas como opacas e contraditórias, numa relação entre o que se diz e o que não se diz, mas que ressoa e produz efeitos. Isso na medida em que, parafraseando Mittmann (2007, p. 154), ao analista de discurso cabe a tarefa de não confirmar consensos de objetividade, mas de desconstruir aquilo que é imposto como evidência.

Para concluir

Esses três momentos teórico-analíticos de discussão a respeito da noção de cultura permitem fazer algumas observações: 1. as disputas em seu campo são históricas, sociais, políticas e discursivas; 2. os efeitos de sentido de/para cultura são (re)construídos em cada

formulação, em cada circulação, em cada discurso; 3. a cultura quando enunciada se insere em redes – tecidas tanto através de alianças, quanto por meio de oposições e de enfrentamentos – que determinam quais sentidos serão produzidos.

Essas disputas inerentes ao campo da cultura se materializam no âmbito das políticas de cultura quando trazem sua definição. Não são, pois, quaisquer sentidos que se linearizam nessas políticas, mas sentidos já determinados historicamente e em relação de conflito e/ou de aliança com outros. Melhor dizendo, a escolha entre uma e/ou outra concepção de cultura demonstra o modo como os sentidos não são evidentes, óbvios ou transparentes, mas sempre determinados a partir de um discurso, de uma FD e de uma posição.

As narrativas recortadas do vídeo *O que é cultura?*, em especial a da SD2, tornaram possível observar esses embates ao colocarem em jogo perspectivas divergentes de cultura, presentes nas políticas formuladas pelo MinC. Embates entre uma ótica restrita e/ou uma ótica ampla de cultura, entre a exclusão e/ou a inclusão cultural. O gesto de análise lançado permitiu observar, então, que a cultura quando enunciada no MinC produz sentidos específicos e, além disso, que esses sentidos estão em disputa com outros, já produzidos, já-ditos... que vão (con)formando a arena da cultura no cenário brasileiro.

Por fim, cumpre afirmar que é por conta de seu movimento, de sua multiplicidade de sentidos e de sua complexidade que a noção de cultura cada vez mais tem nos convocado, seja como analistas de discurso, seja como antropólogos, linguistas, educadores etc., a refletir sobre seus meandros... E foi isso que tentei fazer ao longo da escrita deste texto.

Referências

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. *Coleção Viva Cultura Viva – O que é Cultura?*. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <<http://www.vivaculturaviva.org.br/index.php?p=2&v=1>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRESSAN, M. Z. O corpo que fal(h)a, nas tramas do discurso: a anoréxica e o(s) outro(s) no espetáculo da rede. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

CAZARIN, E. A. Heterogeneidade discursiva: relações de diferença no interior de uma mesma formação discursiva. *Signos*, Lajeado: Univates, v. 21, p. 91-111, dez. 2000.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHARTIER, R. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

COURTINE, J. *Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, L.; CRISTINA, M. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

DE CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DE NARDI, F. S. Um olhar discursivo sobre língua cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ESCOBAR, C. H. Da categoria de cultura: do Aparelho Cultural do Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 16, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

ESTEVES, P. M. S. O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal Fluminense, 2014.

GIL, G. Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. 2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/discursos>>. Acesso em 23 jan. 2016.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LLOSA, M. V. Breve discurso sobre a cultura. In: MACHADO, Cassiano Elek (Org.). *Pensar a cultura*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

FERREIRA, L.; CRISTINA, M. O lugar do social e da cultura numa perspectiva discursiva. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, L., CRISTINA, M. (Orgs.). *Memória e história da/na Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MARIANI, B. Memória, esquecimento e acontecimento. In: _____. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro, RJ: Renavan, 1998.

MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, F., FERREIRA, L., M. C. (orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p.153-162.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORTIZ, R. A Cultura no Mundo Contemporâneo. In: *II Seminário Internacional de Letras, Literatura e Processos Culturais*. Caxias do Sul, RS, 2014.

PAVAN, P. D. A cultura digital como acontecimento: movimentos na rede dos sentidos. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

PECHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni P. Orlandi (et al.). 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

RAMOS, T. V. O sujeito entre culturas: O espaço da diferença no encontro com o outro/Outro. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom*. São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

TEIXEIRA COELHO, J. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.